

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“PUC TERRITÓRIO LIVRE”: O CASO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA PUC-RIO NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

Julia de Paula França

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bolsista FAPERJ

juliadepfranca@gmail.com

A região do Cone Sul foi palco de diferentes regimes autoritários durante o decorrer do século XX. Marcado pelo forte anticomunismo em um contexto de Guerra Fria e com o apoio dos Estados Unidos, em cada país - Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Brasil - foi montado um aparato repressivo que, cabendo às especificidades nacionais, foi responsável por uma cruel violação dos direitos humanos. Dentre as ditaduras militares, o caso brasileiro foi a experiência pioneira e também a mais duradoura. No decorrer de 21 anos, o país vivenciou um regime que, apesar de tentar mascarar as feições autoritárias, censurou, torturou e assassinou seus opositores.

O ano de 1964 é considerado o marco inicial do governo autoritário brasileiro. No dia 31 de março daquele ano, por meio de um golpe civil-militar, os militares depuseram, de maneira inconstitucional, o então presidente João Goulart e deram início ao governo ditatorial. O golpe foi comemorado por grande parte da sociedade, principalmente pelos setores da direita: “Uma grandiosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, comemorou o golpe militar e festejou a derrocada de Jango, das forças favoráveis às reformas e do projeto nacional-estatista que encarnavam” (REIS FILHO, 2005, p. 33). Naquele momento, a frente que havia se formado para derrubar Jango era ampla e diferenciada, com a presença de denominadores comuns genéricos: “salvar o país da subversão e do comunismo, da corrupção e do populismo” (REIS FILHO, 2005, p.33).

Passo a passo, o governo militar foi mostrando sua face autoritária. Com a instituição do Ato Institucional n. 1, o AI-1, de 9 de abril de 1964, já começava a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

perseguição aos adversários do regime, entre eles, os estudantes, foco deste trabalho. Assim como expôs Boris Fausto,

Os estudantes que tinham tido um papel de relevo no período Goulart foram especialmente visados pela repressão. Logo a 1º de abril, a sede da UNE [União Nacional dos Estudantes] no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada. Após sua dissolução, a UNE passou a atuar na clandestinidade. As universidades constituíram outro alvo privilegiado. A Universidade de Brasília, criada com propósitos renovadores e considerada subversiva pelos militares, sofreu também invasão um dia após o golpe (2014, p. 258).

De acordo com Marcos Napolitano, entre os anos 1964 e 1968, o governo militar “combinou medidas de repressão às organizações estudantis com medidas de reforma nas estruturas administrativa, profissional e curricular das universidades” (NAPOLITANO, 2019, p.88). As contestações políticas e culturais, naquele momento, sofreram punições pontuais e seletivas por parte dos militares. Apesar disso, o movimento estudantil, mesmo com a UNE na ilegalidade, “dispunha de certa margem de ação política, sobretudo dentro das universidades, tomando para si a tarefa de criticar o regime e de ser a vanguarda da luta por mudanças sociais” (NAPOLITANO, 2019, p.88). Desde 1966 os estudantes já estavam realizando protestos públicos contra o regime e, em 1968, o movimento estudantil voltou de fato às ruas. É válido observar, assim como o faz Napolitano, que os estudantes brasileiros saíram às ruas “antes mesmo que o famoso ‘maio parisiense’ explodisse e ganhasse as manchetes dos jornais” (NAPOLITANO, 2019, p.89).

O ano de 1968 é simbólico em escala mundial. O historiador Daniel Aarão Reis Filho chama 1968 de “o curto ano de todos os desejos”:

os tiros dos soldados norte-americanos nas selvas do Vietnã ecoavam nas salas de jantar das cidades brasileiras, assim como as mulheres norte-americanas queimando sutiãs, e os negros queimando cidades, e os protestos dos estudantes franceses contra a repressão sexual [...] Eram barricadas por toda a parte: de tijolos e idéias, de sonhos, e propostas de aventuras, exprimindo um mal-estar difuso, mas palpável como a utopia quando ela parece ao alcance da mão (1998, p.31).

No Brasil, 1968 ocupa um lugar paradoxal na memória histórica nacional, já que, ao mesmo tempo que era o momento das grandes utopias libertárias, foi também um período de forte repressão, dando início aos chamados “anos de chumbo” (NAPOLITANO, 2019). Zuenir Ventura, no livro *1968: O ano que não terminou*, apresenta a geração de 1968 como um tanto quanto idealizada e restrita aos hábitos da zona sul carioca. Segundo ele, uma “juventude que se acreditava política e achava que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tudo devia se submeter ao político: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento” (VENTURA, 2008). Geração essa que presenciou um corte abrupto “no grande baile revolucionário da cultura brasileira, então em pleno auge” (NAPOLITANO, 2019, p.118):

Os eventos que marcaram o chamado “ano mágico” são bastante conhecidos e foram muito estudados: no Rio de Janeiro, a morte do estudante secundarista Edson Luís, o episódio da quinta e sexta-feira sangrenta, a passeata dos cem mil; a invasão da UnB, em Brasília; o Conflito da Rua Maria Antônia, em São Paulo, o trágico Congresso de Ibiúna; e o grand finale, com a decretação do Ato Institucional n.5, o AI-5. (MÜLLER, 2021, p.3)

A partir daí, a ditadura recaiu duramente sobre a parcela mais crítica da classe que ela havia prometido proteger, a classe média. (NAPOLITANO, 2019). Alguns historiadores consideram 1968 como o momento no qual de fato começaria o regime militar, outros, o entendem como o período no qual a ditadura completou seu ciclo de militarização¹ (MÜLLER, 2021). Mesmo havendo divergências na interpretação do lugar ocupado pelo emblemático ano, é consenso na historiografia que, a partir do AI-5, “a violência e a tortura de todo o tipo cobraram uma nova dimensão, tanto pela intensidade como pela frequência e extensão” (FAGUNDES, 2013; FERNANDES, 2015 apud HUERTA, 2018) e a oposição teve que modificar sua forma de luta. Marcos Napolitano descreve o momento como uma “espécie de apocalipse político-cultural que atingiria em cheio as classes médias, relativamente poupadas da repressão que se abatera no país com o golpe de 1964” (NAPOLITANO, 2019, p.93). Com a mudança na conjuntura política e com um Estado ainda mais autoritário e repressivo, “o repertório do ME [movimento estudantil] passou a contar com novos horizontes, embora os antigos ainda estivessem presentes” (MÜLLER, 2021, p.10). É nesse contexto, que inicia-se o movimento da luta armada. Inspirados sobretudo pela Revolução Cubana, os militantes acreditavam que “um núcleo pequeno e abnegado de guerrilheiros conseguiria derrotar um exército bem armado e conquistar o poder de Estado. Iniciada a luta, as massas viriam correndo apoiar a revolução” (NAPOLITANO, p. 123).

¹ Angélica Müller cita Marcos Napolitano e Adriano Codato como exemplos de pesquisadores que entendem o AI-5 como o momento no qual o regime militar completou o ciclo de militarização; e Hélio Gaspari e Daniel Aarão Reis Filhos como exemplos dos que argumentam que o Ato é o marco do início de fato da ditadura.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Grande parte da historiografia brasileira, ao se dedicar ao estudo da militância de oposição ao regime militar brasileiro após a decretação do Ato Institucional nº 5, considera que os estudantes militantes tiveram na luta armada ou no exílio as únicas saídas possíveis. O movimento estudantil, segundo essa linha de interpretação, somente teria voltado a se organizar no fim dos anos 1970, com o processo de “abertura política”. No entanto, estudos mais recentes, como o de Angélica Müller (2016), apresentam outra face da resistência, que acontecia dentro do âmbito das universidades e utilizava principalmente do viés cultural para criticar e resistir de forma pacífica às arbitrariedades do regime de exceção. De acordo com Müller, a “resistência contra o regime militar ocorreu durante toda a ditadura, inclusive nos chamados ‘anos de chumbo’, através de ações diversificadas” (MÜLLER, 2016, p.18). Por meio da organização de pequenas ações, o movimento estudantil universitário buscou “diferentes formas de atuação - e por que não dizer de sobrevivência - que variava de acordo com a realidade local” (MÜLLER, 2016, p.26). A pauta principal eram questões educacionais e “as ações realizadas tinham como locus privilegiado a produção artística e cultural” (MÜLLER, 2016, p.27).

Para entender o porquê de as questões educacionais terem sido um dos pontos principais da militância pacífica dentro das universidades é preciso reconhecer qual e como foi a estratégia empregada pelo regime militar em relação ao ensino superior. Assim como expôs Rodrigo Patto de Sá Motta, no livro *As universidades e o regime militar*:

Nas universidades, os paradoxos e as ambiguidades do regime militar se manifestaram plenamente, revelando a complexidade dessa experiência autoritária. De fato, o regime político construído a partir de 1964 teve dupla dimensão: ele foi ao mesmo tempo destrutivo e construtivo, embora seu impulso modernizador tenha se viabilizado de maneira repressiva (2014, p. 7).

De acordo com o historiador, tanto a esquerda como a direita concordavam que as universidades precisavam ser transformadas e modernizadas, entretanto, os projetos político-ideológicos eram divergentes. Enquanto a esquerda queria situar as universidades ao lado das causas socialistas, os seus adversários priorizavam pela eficiência e produtividade:

Conferia-se ênfase ao ensino técnico, em detrimento da tradição humanista, e privilegiava-se o desenvolvimento tecnológico, em prejuízo da pesquisa voltada para a ciência pura. Para essa vertente, as universidades não precisavam ser públicas e tampouco gratuitas. Ao contrário, questionava-se o estatuto da gratuidade do ensino e defendia-se a cobrança de taxas dos estudantes que pudessem pagar. (MOTTA, 2014, p. 9)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O movimento estudantil, então, encontrou na luta contra o ensino tecnicista e pago uma das suas principais reivindicações. Assim como evidenciado por Müller (2016), um dos principais meios empregados pelo movimento estudantil como forma de resistência ao regime durante o início dos anos 1970 estava centrado na luta contra a Reforma Universitária. Os estudantes “lutaram contra uma universidade que consideravam entregue aos interesses privados e sem possibilidades de reflexão” (MÜLLER, 2016, p.52). O que pode ser observado é que “o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar” (MOTTA, 2014, p. 16). Dessa forma, a reforma empregada pelos militares se deu a partir do “efeito paradoxal de pressões contrárias, de liberais, conservadores, militares, religiosos, intelectuais (e professores universitários), a que se somaram os ‘conselhos’ de assessores e diplomatas norte-americanos, tendo como cenário a rebeldia estudantil” (MOTTA, 2014, p. 8).

A opção estudantil pelo foco em problemas acadêmicos acabou por ampliar o apoio social para com os estudantes e influenciou para que o movimento estudantil fosse um dos principais atores sociais na luta pela redemocratização, iniciada por volta da metade da década de 1970. O que poderia ser visto apenas como uma reivindicação estudantil, acabou se mostrando uma nova forma de luta por maior inserção nos rumos da vida política nacional, foi “uma maneira eficiente de protesto que se inseriu no contexto mais amplo da luta política pela abertura democrática”(MÜLLER, 2016, p.57):

Se a resistência praticada por parte das esquerdas que empunharam armas não encontrou eco na sociedade, pode-se dizer que parte dessas mesmas esquerdas apostou no caminho pacífico como forma de resistência à ditadura, encontrando na universidade, e em seus temas correlacionados, uma forma não só de ampliar o debate como também a atuação política das massas. (MÜLLER, 2016, p.60)

Diante desse contexto, o presente trabalho pretende analisar de que forma a militância de oposição contra a ditadura militar brasileira se fez presente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), levando-se em consideração a interrogação “em que medida as atuações do movimento estudantil na PUC-Rio foram diferente das lutas travadas pela comunidade universitária de outras universidades?”

Em um primeiro momento, é válido ressaltar que o movimento estudantil puquiano vai ser entendido aqui como um exemplo do que defende Angélica Müller ao argumentar que não houve uma interrupção da atividade estudantil durante os anos de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

chumbo, mas de fato uma “continuidade de organização do movimento, dentro de um quadro de continuidades e descontinuidades de ações e estratégias de luta, o que permitiu sua presença como ator de primeira grandeza na luta pela redemocratização do país” (MÜLLER, 2016, p.18). Entre as fontes consultadas para a elaboração desta pesquisa há diversos jornais produzidos pelos estudantes da PUC-Rio que mostram uma atuação do movimento estudantil para além da luta armada, que acontecia de forma pacífica no âmbito universitário, mesmo durante a vigência do AI-5 e antes das grandes manifestações do fim da década de 1970.

O que o este trabalho pretende apresentar é que, apesar do movimento estudantil da PUC-Rio estar em convergência com os movimentos universitários de outras instituições de ensino brasileiras daquele tempo - juntando em sua atuação a luta antiditatorial com a campanha pela transformação da universidade (FILHO apud RIDENTI, 1995, p.73) -, havia particularidades influenciadas pela realidade local da PUC-Rio naquele momento.

Segundo pode-se observar nos relatos orais de pessoas envolvidas na militância universitária durante o regime militar, a PUC-Rio ocupava no imaginário social um lugar de mais liberdade quando comparada à maioria das outras instituições de ensino superior brasileiras. O professor Eduardo Jardim, que trocou a UFRJ pela PUC-Rio ainda na época de estudante, contou que, nos tempos de forte repressão política, a PUC-Rio era “como respirar” (JARDIM, 2014). Já o cineasta Silvio Tendler (2014), que estudou Direito e Comunicação na Universidade nos anos de 1969 e 1970, se refere à PUC-Rio daquela época como um “oásis” dentro da ditadura, um “ponto de encontro da democracia”. É possível também visualizar essa imagem que a PUC-Rio desempenhava no imaginário social por meio do relato de Amâncio Paulino de Carvalho, um dos entrevistados pelo *Projeto Memória do Movimento Estudantil*:

[...] a PUC dava uma proteção especial, por ser um campus controlado pela Igreja Católica, e porque tinha os diretórios. Ela tinha uma organização, os diretórios tinham sede. Tinha um mimeógrafo [...] Essa mínima organicidade da PUC atraiu o movimento para lá. E as primeiras grandes manifestações no Rio de Janeiro em protesto contra as prisões de São Paulo ocorreram na PUC. Eram aqueles pilotis repleto de estudantes (2005).

Exemplos dessa maior autonomia foram: a continuidade dos diretórios de alunos da PUC-Rio como representantes legítimos do corpo discente, o que ia de encontro ao

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que ficou definido pela Lei 5.540²; o fato do movimento estudantil ter a sua disposição dois mimeógrafos, o que facilitou a produção e circulação na Universidade de jornais que, explicitamente, criticavam o governo militar; a presença de reitores junto à autoridades militares para interceder por algum membro da comunidade universitária puquiana que fosse chamado a depor; o fato de a PUC-Rio, nos tempos de maior fechamento do regime, ter aberto as portas para professores cassados em outras universidades.³

A partir das entrevistas realizadas com atores da época, documentos encontrados no acervo da Reitoria da Universidade - jornais estudantis, folhetos, cartas, entre outros -, em conjunto com alguns dossiês de órgãos de repressão encontrados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), dois tópicos foram selecionados e entendidos como fundamentais para a elaboração desse espaço com características particulares que foi a PUC-Rio: a compreensão de qual classe, gênero e raça pertenciam a maioria das pessoas parte da comunidade universitária puquiana e como se dava a relação da PUC-Rio com a Igreja Católica.

Em relação à primeira questão apontada, cabe assinalar que a direita conservadora, antes do golpe militar, tinha um papel significativo no movimento estudantil puquiano. Em uma nota publicada em nome do Diretório Central de Estudantes da PUC-Rio em 1964, os estudantes manifestaram apoio ao golpe civil-militar que eles chamavam de “movimento de abril”. Houve, inclusive, uma proposta vinda dos alunos para que os comunistas presentes na Pontifícia fossem identificados e punidos. Foi criado também um grupo chamado “Juventude Alerta Universitária” que emitiu uma carta aberta na qual foi declarado ódio ao perigo vermelho. A realidade do movimento estudantil nas universidades públicas, no entanto, era outra. Isso porque, no clima de radicalização anterior ao golpe, os estudantes foram um forte grupo de pressão no cenário público: “as

² A Lei 5.540 definiu que “os Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes seriam facultativos, cabendo à direção de cada universidade autorizar a sua existência ou não”. Porém, em caso de autorização, teriam que estar submetidos a um Estatuto dos Diretórios que, seguindo as orientações dos Decretos-lei 477 e 288, seriam apenas associações de alunos, sem poder deliberativo. Na PUC-Rio, a Administração Central permitiu o funcionamento dos diretórios e, apesar de diversas tentativas, nunca foi conseguido com que um Estatuto dos Diretórios fosse aprovado e, por isso, os diretórios de alunos puquianos prosseguiram como representantes legítimos do corpo discente.

³ É preciso ressaltar que essas questões não são entendidas aqui como atividades exclusivas do movimento estudantil puquiano, mas apenas como, pelos fatores que serão levantados ao longo do trabalho, tinham maior facilidade de acontecer no âmbito da PUC-Rio.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

universidades se tornaram centros importantes da mobilização esquerdista, com a realização de seminários, eventos culturais e políticos, manifestações as mais diversas” (MOTTA, 2014, p. 16). Então, como aponta Motta (2014), desde o início do governo militar, as universidades públicas foram vistas como um lugar que reunia inimigos do novo regime e foram alvo privilegiado das primeiras operações de expurgo.

O ensino superior brasileiro historicamente esteve “reservado a uma pequena parcela da população, também, entre outros fatores, pela sua formação tardia, se comparado a outros países latino-americanos, e pelo alto grau de seletividade em seu acesso” (PEREIRA, MAY, GUTIERREZ, 2014). A Universidade Católica aparece como uma a hipérbole dessa elitização, que também estava presente nas instituições de ensino superior públicas. A PUC-Rio daquele momento - uma universidade particular com altas mensalidades - era, sobretudo, um lugar pertencente à elite. O corpo discente - antes de projetos de bolsas de Ação Social e, sobretudo, dos programas de ações afirmativas como o ProUni e Fies - era formado, em sua grande maioria, por alunos brancos da classe média alta. Eram filhos da elite, pertencentes a setores da sociedade que apoiaram o golpe, como, por exemplo, o empresariado.

Em consonância com o posicionamento da classe média, os estudantes da PUC-Rio foram aos poucos deixando de apoiar o regime militar e tornando-se oposição-ruptura definitiva essa que para muitos historiadores se deu de fato no emblemático ano de 1968, isso porque, com a instauração do Ato Institucional nº 5, o AI-5, "os estudantes, artistas e intelectuais passaram a conhecer a perseguição” (NAPOLITANO, 2019, p.92). Antes disso, o governo militar ainda teria tentado conservar a classe média como sócia e as punições eram pontuais e seletivas (NAPOLITANO, 2019, p.92). De acordo com Marcelo Siqueira, as repressões violentas feitas pelo regime ao movimento estudantil em 1968 - como, por exemplo o caso da chamada “Sexta-feira Sangrenta” - foram cruciais para diminuir a aceitação do governo: “ a classe média carioca viu seus filhos presos, espancados e humilhados, o que causou uma reação imediata e imprevista: a perda do apoio e da confiança no regime militar” (SIQUEIRA, 2014, p. 397). Maria Valle (1997) aponta a morte do estudante Edson Luís, em 28 de março de 1968, como o primeiro incidente a sensibilizar a opinião pública para a luta do movimento estudantil. O enterro do estudante é apontado pela autora como a maior mobilização popular após o golpe de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1964, que contou com a presença de representantes de diversas classes: “Aquele povo todo, operários, artistas, estudantes, funcionários públicos, mães [...] estava ali motivado pelo crime da ditadura”. Para Valle, o movimento estudantil recebeu solidariedade por conta da indignação frente ao assassinato:

A violência que mata um estudante - não sendo nem ao menos uma liderança subversiva que possa estar comprometendo a “tranquilidade nacional” - transforma-se em um forte motivo para a adesão inclusive de setores das classes dominantes- “que podem ter seus filhos mortos” - ao repúdio à ação da PM (1997, p. 40).

Márcio Moreira Alves, - deputado pelo MDB em 1968 conhecido pelo discurso no Congresso Nacional em que convocava boicote às comemorações do Dia da Independência, em seu livro *68 Mudou o Mundo - A explosão dos sonhos e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas*, também aponta o enterro de Edson Luís como evento importante para que a classe média rompesse com os militares:

O enterro de Edson Luís levou uma multidão a marchar pela avenida Beira-Mar, acompanhada pelo papel picado da solidariedade dos moradores de apartamentos de luxo da praia do Flamengo [...] Um das faixas levadas ao enterro sintetiza a razão da provisória aliança entre os jovens e a alta burguesia carioca: “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?” Para as classes dominantes brasileiras, polícia, espancamento e prisões sempre foram problemas dos outros. O regime militar rompeu essa tradição (1993, p.121-2)

Décio Saes, no livro *Classe Média e Sistema Político no Brasil* (1985), é também um dos autores a ressaltar a violência estudantil como um dos fatores que levou a classe média à oposição: “Ao reconhecer no movimento estudantil seu filhos, as camadas médias tradicionais reconheciam na realidade a filiação social comum, e preparavam-se para exercer, num terreno comum, suas aspirações antiditatoriais” (1985, p. 2016). A repressão contra os estudantes provocou declarações descontentes até mesmo de figuras políticas que haviam apoiado o golpe de 1964. O presidente do Superior Tribunal Militar, general Mourão Filho, declarou: “É incrível que a polícia atire contra estudantes, em uma democracia. Estou indignado, fora de mim, com tais acontecimentos (...) quando se permite que policiais atirem contra estudantes, não podemos ficar tranquilos em casa” (apud BUONICORE, 2008, p. 45).

No caso do movimento estudantil puquiano, já em 1965, o mesmo DCE que havia comemorado o golpe já emitia nota de repulsa ao que chamou de “governo ditatorial”. De

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

acordo com Augusto Sampaio - aluno da PUC-Rio entre os anos 1963 e 1966 e atualmente Vice-Reitor para Assuntos Comunitários - seria equivocado afirmar que os setores mais conservadores entre os estudantes puquianos passaram para a esquerda revolucionária, mas ele acredita que houve um caminhar para a oposição ao regime ditatorial, sem que fosse aderida a proposta de contra-revolução socialista (SAMPAIO apud PAULA COUTINHO, 2004). Na famosa Passeata dos Cem Mil (1968), por exemplo, é possível perceber, por meio de relatos e fotos da época, uma grande presença de estudantes da PUC-Rio - entre eles, os alunos do curso de Teologia que carregavam um cartaz escrito “PUC: Território-Livre”.

A hipótese defendida aqui é que, por conta do papel que ocupavam na sociedade, os alunos da PUC-Rio, em um primeiro momento, não foram vistos como uma grande ameaça pelo governo militar e puderam desenvolver alguns mecanismos para usufruir de mais liberdade. Os militantes puquianos puderam utilizar do histórico da PUC-Rio como uma universidade da elite conservadora para construir o que era pedido no cartaz dos alunos de Teologia na Passeata dos Cem Mil: um território livre - o que, em certa medida, de fato aconteceu e pode ser usufruído não apenas pelos puquianos, mas para o grande conjunto dos militantes estudantis cariocas. Não foi por acaso que, em 1977, quando o “movimento voltou a realizar manifestações, saiu às ruas e deu os passos necessários para a reconstrução da UNE” (ARAÚJO, 2007, p.218), a PUC-Rio foi o local no qual o movimento estudantil carioca se concentrou.

Agora, no que diz respeito ao segundo tópico indicado, será preciso entender a PUC-Rio enquanto uma instituição ligada à Igreja Católica. Muitos dos entrevistados até o momento apontam esse elo como o motivo pelo qual a Universidade pode ser esse espaço de maior autonomia. Na fala de Amâncio Paulino Carvalho (2005), no *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, é notável a descrição do campus da PUC-Rio como espaço “controlado” pela Igreja Católica e por isso a Universidade teria uma “proteção especial”.

O vínculo com a Igreja Católica é de fato importante para entender os parâmetros dessa liberdade puquiana, mas será sobretudo significativo ao ajudar a compreender algumas problematizações sobre o entendimento da PUC-Rio enquanto um “território

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

livre”. A partir disso, será possível apresentar a Universidade como um espaço não só de liberdade, mas de contradições.

Rodrigo Patto de Sá Motta (2014) apresentou as ações do regime em relação ao ensino superior como controversas. Para o autor, é preciso adentrar no âmbito da cultura brasileira para compreender as atitudes paradoxais e contraditórias das políticas dos governos militares. Caso contrário, elas pareceriam caóticas e irracionais:

Sob o influxo da cultura política brasileira, os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiravam a contradição: demitir professores que depois eram convidados a voltar, para em seguida afastá-los novamente; invadir e ocupar universidades que ao mesmo tempo recebiam mais recursos; apreender livros subversivos, mas também permitir que fossem publicados e que circulassem (MOTTA, 2014, p. 16).

Motta ressalta que esse comportamento não é uma característica presente apenas no regime militar. São marcas centrais da cultura brasileira “a flexibilidade, a recusa a definições rígidas e a negação dos conflitos, que são evitados ou escamoteados por meio de ações gradativas, moderadoras, conciliatórias e integradoras” (MOTTA, 2014, p. 16) e servem “à manutenção da ordem desigual e elitista, pois as estratégias conciliadoras ajudam a escamotear os problemas sociais e a exclusão política, bem como a postergar sua solução” (MOTTA, 2014, p.14). Nesse sentido, essa estratégia conciliatória tenderia “a ser mais mobilizada quando os agentes em conflito pertencem às elites sociais” (MOTTA, 2014, p. 17). No caso do âmbito universitário, seria justamente isso que teria ocorrido, já que

em grande proporção, estavam pessoas originárias das classes média e alta, que tinham possibilidade de mobilizar ligações sociais em seu benefício [...] Esse jogo complexo, e às vezes ambíguo, nos sugere análise mais sutil do impacto do autoritarismo nas universidades, capaz de iluminar processos que não se encaixam no tradicional par repressão/resistência. Houve também arranjo entre repressão/acomodação, repressão/negociação e repressão/cooptação (MOTTA, 2014, p. 18).

No caso da relação da Igreja Católica com o regime militar também houve contradições. Assim como aponta Kenneth Serbin (2001), em 1964, apesar de haver setores em disputas no interior da Igreja, as declarações públicas da Instituição deveriam mostrar que havia uma unidade. Por isso, os bispos se pronunciaram, mesmo que de forma confusa e contraditória, em apoio ao novo governo. No entanto, o aumento da utilização da violência por parte das forças armadas para reprimir os opositores, que ia de encontro ao discurso católico, baseado no Concílio do Vaticano II, de justiça social, fez com que o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

relacionamento entre entres fosse se enfraquecendo. Foi nesse momento que muitos católicos passaram a ser perseguidos pelo regime. A maior parte da bibliografia considerou esse cenário como um período de rompimento nas relações entre as duas instituições. Serbin, entretanto, encara esse cenário para além da oposição, enxergando as continuidades por meio da Comissão Bipartite - encontros secretos entre membros da alta hierarquia católica e militar que visavam discutir e resolver os principais conflitos entre as instituições. Assim como aponta Scott Mainwaring (1989), o que houve foram rupturas e continuidades, uma mistura do antigo com o novo.

As atitudes da Administração Central da PUC-Rio para com os movimentos de resistência universitária, por sua vez, também foram, por muitas vezes, controversas. Exemplos representativos dessa contradição foram as demissões de professores no ano de 1979 e a que aconteceu em 1981. No ano de 1979, quatro professores, após serem demitidos, foram até a imprensa denunciar que a PUC-Rio praticava “ditadura ideológica”, “terror cultural” e estava “a serviço da ideologia marxista”. Foi um momento no qual os professores e estudantes saíram em apoio à Reitoria e aos departamentos acusados. Assim como publicado no jornal da Associação de Docentes da PUC-Rio, o *Boletim da ADPUC*, “a união se configurou em torno da defesa da Universidade enquanto um espaço crítico e pluralista ameaçado pela nova forma que assumia o controle ideológico na sociedade” (CAVALCANTE, BERENICE, 1981). O caso repercutiu em diversos jornais - tanto pertencentes às ADs como em veículos da grande imprensa - que saíram em defesa da Universidade. No *Boletim da ADPUC* é possível encontrar a transcrição de trechos dessas matérias. Na *Tribuna da Imprensa*, o jornalista Sebastião Nery publicou:

Caso da PUC [como o evento ficou conhecido] é um caso de montagem policial da direita pressionar à PUC, encurralar a Igreja, perturbar o processo de abertura e redemocratização. É simplesmente um caso de polícia. E o nome disso é Macarthismo (apud BOLETIM DA ADPUC,1978).

Já, em 1981, professores dos departamentos de Sociologia, Filosofia e Comunicação Social foram demitidos com a justificativa de motivos financeiros e razões institucionais. No entanto, como apontado nos jornais universitários e nos relatos orais, os departamentos atingidos buscaram apresentar as mais diversas soluções, como, por exemplo, a redução da carga horária do conjunto de todos os professores e, mesmo assim, não obtiveram êxito. A verdadeira motivação foi se mostrar menos financeira e mais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

político-ideológica. Foi então que os professores da Universidade declararam greve pela readmissão dos professores demitidos - aderida também pelos estudantes que somaram à paralisação suas próprias reivindicações, como o aumento considerado excessivo dos valores das anuidades. A contradição se fixava entre uma universidade que, nos tempos de maior fechamento do Regime, abriu as portas para professores cassados e, no momento de abertura política, demitiu professores por razões ideológicas. Para o professor Eduardo Jardim (2014), o caso de 1981 é representativo para entender que a PUC-Rio viveu movimentos de sístole e diástole - metáfora sobre os movimentos do coração de contraimento e relaxamento utilizada para figurar o abrir e fechar das portas simbólicas da Universidade. De acordo com diversos relatos, em 1981, era evidente que a decisão não partiu do então Reitor padre Mac Dowell S.J., mas sim “de cima”, da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Jardim (2014) contou, inclusive, que, muito influenciado pelo clima de entusiasmo do momento, tomou algumas atitudes que até hoje não acredita tê-las feito, como ir até o Palácio São Joaquim, localizado no bairro da Glória, em companhia do professor Ronald Shellard, pedir a reintegração dos docentes demitidos para o delegado do Cardeal Dom Eugênio Sales - feito esse que Jardim caracterizou como uma simples ilusão juvenil.

A ideia defendida aqui é que a conduta controversa da Reitoria está diretamente relacionada com o comportamento, também controverso em muitos momentos, do regime militar e da Igreja Católica. Nesse sentido, os estudantes PUC-Rio tiveram que criar mecanismos para lidar com as diretrizes da Igreja Católica e com a política estudantil universitária elaborada pelo regime militar.

Um caso que vale a pena ser destacado é o da aluna de psicologia e, à época, presidente do DCE da PUC-Rio, Mônica Tolipan. A estudante foi presa três vezes e, no cárcere, foi torturada pelo então chefe do Destacamento de Operações e Informações do Exército – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), Carlos Alberto Brilhante Ustra (SCHAFFNER, 2019). De acordo com matéria publicada no jornal *GZH*, Tolipan foi “mantida num cubículo escuro e congelante, com água gotejando por dias sobre a cabeça” e “ouviu do carrasco que seria supliciada pelo ‘método inglês’, baseado em aflições psicológicas, já que não poderia machucá-la por conta da pressão de Dom Ivo e da PUC” (SCHAFFNER, 2019).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em entrevista para o Diário de Santa Maria, nas edições de 10 e 11 de março de 2007, Tolipan contou que encontrou na Igreja Católica, particularmente na pessoa de Dom Ivo Lorscheiter - secretário-geral da CNBB e um dos membros da Comissão Bipartite -, um defensor (TOLIPAN, 2007 apud TORRES, BORIN, KONRAD, 2015):

Teve uma ligação corajosíssima de dom Ivo para o coronel Adir Fiúza de Castro, que comandava as torturas. Ele (dom Ivo) disse que os militares estavam abusando. O coronel ficou furioso e disse que aquele não era um assunto para a Igreja. Dom Ivo retrucou e falou que a Igreja não só tinha de se meter, como era tão a favor da liberdade de expressão quanto dos estudantes. Dom Ivo era a mão de Deus para proteger a gente (TOLIPAN, 2007 apud TORRES, BORIN, KONRAD, 2015).

O relato de Tolipan apresenta como os estudantes militantes puquianos puderam também usar da ligação com a Igreja Católica para o benefício do movimento estudantil e de seus integrantes. Ao comparar esse episódio com o outro no qual a influência da Igreja Católica foi levantada como fundamental - a demissão dos professores em 1981 -, podemos apresentar a PUC-Rio como esse lugar no qual, apesar de sua realidade local permitir uma maior liberdade, a autonomia não se apresentava sem a presença de contradições. As atitudes da Administração Central da PUC-Rio para com os movimentos universitários de resistência que poderiam ser vistas como, e de fato muitas vezes são, dissonantes ganham sentido quando pensadas dentro de um contexto no qual a contradição estava presente nas políticas do governo militar e da Igreja Católica e na própria cultura conciliatória brasileira da qual fala Rodrigo Patto de Sá Motta (2014).

Por fim, é válido ressaltar que, embora de fato representasse um espaço simbólico de maior liberdade, isso não significa que a PUC-Rio também não tenha sofrido repressão por parte do regime militar. Houve a infiltração de agentes do governo no campus - mesmo que de toda maneira a reitoria tentasse impedir -; foi criada uma disciplina intitulada *Estudos dos Problemas Brasileiros* que era ministrada por professores ligados às Forças Armadas; houve casos de invasões, arrombamentos, destruições e roubos nas sedes dos diretórios acadêmicos; e membros do corpo discente e docente da universidade foram presos e torturados - o estudante Raul Amaro foi morto sob tortura em 1970. No Arquivo Nacional do Brasil, em pesquisa no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), é possível encontrar vários dossiês que registram que os agentes da repressão estavam atentos ao que acontecia na Universidade.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007.

ALVES, Márcio Moreira. **68 Mudou o Mundo** - A explosão dos sonhos e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

BOLETIM DA ADPUC. Rio de Janeiro: ADPUC, n. 2, abr. 1978.

BUONICORE, Augusto. 1968: a classe média e a crise da ditadura militar. **Revista Princípios**. São Paulo, n.97, abr./maio 2008.

CARVALHO, Amâncio Paulino. Entrevista concedida à Carla Siqueira. Projeto Memória do Movimento Estudantil. Rio de Janeiro, 30 maio 2005.

CAVALCANTE, Berenice; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. PUC e ADPUC: faces de um mesmo impasse. In: **BOLETIM DA ADPUC**. Rio de Janeiro: ADPUC, [s.n.], nov. 1981.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

HUERTA, José. Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968. De calabouço à missa do sétimo dia. **História da Educação**, vol. 22, núm. 54, pp. 47-70, 2018.

JARDIM, Eduardo. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, out. 2014.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. **O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

MÜLLER, Angélica. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. **Revista de História**, São Paulo, n.180, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2019.

PAULA COUTINHO, Ana Maria Bonjour de. “O Movimento Estudantil na PUC-Rio durante o Governo Militar” In: **Sob a Cruz e a Espada: A Relação do Movimento Estudantil da PUC-Rio com a Reitoria durante o Regime Militar**. Luiz Reznik (orientador). Departamento de História da PUC-Rio. Monografia de Graduação, 2004.

PEREIRA, T. I. MAY, Fernanda. GUTIERREZ, Daniel. O acesso das classes populares ao Ensino Superior: novas políticas, antigos desafios. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.16, n.32, p. 117-140, jan./jul. 2014.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 25-35, 1998. DOI: 10.1590/ts.v10i2.86770. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86770>. Acesso em: 1 maio. 2021.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANDES: Representação Política e Sindical de Professores Universitários. **Revista Cadernos de Pesquisa**, n. 93, p. 72-80, 1995.

SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.

SCHAFFNER, Fábio. Do comunismo ao bolsonarismo: a trajetória de Osmar Terra. **GZH**. 25 out. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/10/do-comunismo-ao-bolsonarismo-a-trajetoria-de-osmar-terra-ck26ui51409yh01r2fhwov6dr.html>> Acesso em 9 jul. 2021.

SIQUEIRA, Marcelo. A era dos estudantes: Rio de Janeiro, 1964-1968. **Revista do Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 8, p. 379-397, 2014.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Tradução C. E. Lins da Silva; M. C. de Sá Porto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TENDLER, Silvio. Doces memórias, tristes lembranças. Entrevista concedida a Arthur Macedo e Davi Barros. **Jornal da PUC**, Rio de Janeiro, n. 279, p.9, abr/2014.

TORRES, Thiago; BORIN, Marta; KONRAD, Glaucia. A morte de Dom José Ivo Lorscheiter e sua repercussão midiática. **MÉTIS: história & cultura**, v. 14, n.28, p. 271-291, jul./dez. 2015.

VALLE, Maria Ribeiro do. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968. 203f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253288>>. Acesso em: 2 jun. 2021.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.